

REVISTA TÓPICOS

AUTISMO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CEIM “PROFESSORA ABIGAIL SILVA DE ANDRADE”

DOI: 10.5281/zenodo.10784662

Inês Ambrosim¹

RESUMO

Nos últimos dois anos houve um acréscimo significativo de alunos portadores da síndrome do espectro autista no CEIM “Professora Abigail Silva de Andrade”. E esse número vem crescendo a cada dia. Tal fator desperta interesse e indagações a respeito do assunto, levando a investigadora a buscar respostas e estudar mais sobre o assunto. A escolha da temática está vinculada à área profissional da pesquisadora, que atua na Educação Infantil, com alunos inclusos, portadores da síndrome do espectro autista e como supervisora escolar, orientando professores e famílias que vivenciam no seu dia a dia os desafios de proporcionar bem-estar e atividades que possam contribuir para o desenvolvimento dos alunos. A pesquisa tem como tema: Autismo: Desafios e Possibilidades de Inclusão na Educação Infantil no CEIM “Professora Abigail Silva de Andrade”. O objetivo geral do estudo está voltado a compreender as Políticas Públicas de educação inclusiva do Município de Castelo E/S, e as condições de inclusão que são ofertadas às crianças que necessitam de

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

atendimento no CEIM “Professora Abigail Silva de Andrade”, focalizando os desafios e as possibilidades para uma educação inclusiva que atenda as expectativas dos profissionais da escola e da família de forma significativa. Tem como objetivos específicos: analisar a percepção dos professores que detectam sintomas do autismo nos alunos desde a primeira infância, bem como, os procedimentos adotados pela unidade de ensino para encaminhá-los à avaliação com profissionais capacitados e ao mesmo tempo, incluí-los e adaptá-los ao ambiente escolar possibilitando condições de aprendizado associada a convivência social. Trata-se de uma pesquisa de “campo” com os educadores do CEIM Abigail, que tem como um dos principais desafios no contexto escolar, alunos oriundo de classe média baixa portadores da síndrome do espectro autista, adjunta a análise bibliográfica na abordagem histórico-cultural, respaldada por autores como Eugênio Cunha, Valéria Amorim Arantes, entre outros que escrevem sobre o tema.

Palavras-chaves: Inclusão. Políticas públicas. Formação docente. Educação Infantil.

1 Introdução

O objeto desta pesquisa é a inclusão dos alunos autista no Centro de Educação Infantil “Professora Abigail Silva de Andrade”, em Castelo Espírito Santo, para implementação de uma política pública de formação continuada tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular, ou seja, uma formação voltada para estudos da BNCC a fim de qualificar o quadro docente para colocar em prática a inclusão dos alunos portadores da síndrome do espectro autista e demais necessidades educacionais. O

REVISTA TÓPICOS

problema de pesquisa nessa investigação é a análise das políticas públicas de inclusão, e os desafios e possibilidades para a educação infantil inclusiva a partir das concepções dos professores, que atuam no CEIM “Professora Abigail Silva de Andrade”.

A presente pesquisa formou-se a partir de um projeto de estudo acadêmico, elaborado a fim de atender ao requisito de conclusão de curso de pós-graduação em inclusão, o qual teve como foco a inclusão de crianças autistas na educação infantil do CEIM “Professora Abigail Silva de Andrade”.

Contudo, apesar de o município apresentar programa de formação docente e atender quase a totalidade da demandado pela federação via MEC/SEDU, os dados obtidos na pesquisa, referentes aos anos de 2022 e 2023, mostram que os docentes estão insatisfeitos com o formato que a municipalidade vem apresentando para desenvolver a formação continuada nos últimos anos, e esperam parcerias colaborativas a fim de prover uma formação voltada para as especificidades e demandas da educação inclusiva na escola.

Percebe-se que oferecer formação continuada é uma tarefa complexa, pois implica conhecimentos que vão além da docência. O professor precisa saber lidar com a diversidade presente no contexto escolar, agregar informações pedagógicas para o seu planejamento, cuidar do seu desenvolvimento profissional e, ainda, acompanhar as evoluções advindas do século XXI, que cada vez mais vem provocando fortes impactos no que se refere a novas tecnologias de ensino e ao acréscimo de números de

REVISTA TÓPICOS

alunos inclusos portadores de necessidades especiais que torna cada dia mais complexo o contexto de sala de aula.

Essa realidade impõe um novo desafio: apreender e ensinar alunos ditos “normais” e incluir alunos portadores de necessidades especiais, utilizando-se de novas metodologias e mecanismos de ensino que atenda tal demanda. Tal realidade dificulta o trabalho dos docentes que se veem buscando orientações e metodologia de ensino para planejar suas aulas, a fim de suprir as necessidades de um grupo heterogêneo em suas múltiplas dimensões. A partir destas constatações, faz-se necessário pensar na formação continuada de professores conectada a essa característica imanente do ser humano, e assim, relacionar os processos de constituição ao próprio movimento de tessitura e de ampliação das redes de saberes e fazeres dos educadores, e por consequência, dos alunos, tendo como ponto de partida e chegada o cotidiano vivido por esses sujeitos, nos espaços/tempos de análises e reflexões da complexidade da educação e da escola (FERRAÇO, 2007).

Todavia, entende-se a complexidade da situação do professor para manter-se atualizado sobre as novas patologias que vem apresentando-se nos alunos, buscar metodologias de ensino e desenvolver práticas inovadoras para atender essa demanda, que muitas vezes são inclusos e ao mesmo tempo “exclusos” no contexto de sala de aula.

Apesar das transformações ocorridas nos últimos anos, percebe-se que os modelos de formação continuada ainda não atendem os anseios dos professores que lidam cotidianamente no contexto escolar com os alunos

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

portadores de necessidades especiais. Posto isso, a escolha da temática se distingue pela necessidade de possibilitar novos conhecimentos e informações sobre o autismo e a de orientar profissionais de como lidar com tais comportamentos no dia a dia escolar e social.

Essa pesquisa tem como objetivo: compreender as políticas de inclusão do aluno autista na visão das políticas públicas municipais, como também, na ótica dos educadores; analisar os procedimentos pedagógicos que possibilitam a inclusão de crianças autistas na escola CEIM “Professora Abigail Silva de Andrade”.

2 DESENVOLVIMENTO

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O transtorno do espectro autista (TEA) se perfaz em uma síndrome do comportamento que possui etiologias distintas e algumas características como incapacidade de relacionar-se com outras pessoas, distúrbios na linguagem verbal, resistência ao aprendizado e não aceitação de mudanças de rotina, para Cunha (2009, p.20) O autismo é definido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como: Um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adote um critério de classificação rigorosa, e três vezes maior se considerar casos correlato isto é que necessitem do mesmo tipo de atendimento. (apud MONTANO, 2003, p. 13).

De acordo com Organização Mundial de Saúde (OMS),

REVISTA TÓPICOS

O autismo é definido pela Organização Mundial de Saúde como um distúrbio do desenvolvimento, sem cura e severamente incapacitante. Sua incidência é de cinco casos em cada 10.000 nascimentos caso se adote um critério de classificação rigoroso, e três vezes maior se considerarmos casos correlatados, isto é, que necessitem do mesmo tipo de atendimento. (MAN -TOAN, 1997, p. 13).

As estatísticas de acordo com Galvão (2014), evidencia que o autismo ocorre na proporção de quatro meninos para uma menina. Em 2014, o Brasil possuía aproximadamente dois milhões de pessoas com autismo, diante de tal amplitude, compreende-se que a magnitude do espectro autista é um desafio para as famílias, para os profissionais de saúde, e para a educação, uma vez que essas crianças estão inclusas em espaços escolares que na maioria das vezes não possuem ambientes adequados e nem formação especializada para os profissionais que lidam diretamente com as demandas de crianças com autismo. Como citado acima, o autismo é mais comum em meninos, porém quando a menina é acometida geralmente os sinais são mais intensos. É uma síndrome que acompanha desde o

REVISTA TÓPICOS

nascimento e que se apresenta constantemente antes dos três anos de idade, podendo demonstrar alteração de uma criança para outra e essa alteração pode colaborar para que se torne mais complexo caracterizar um perfil único e específico de um transtorno como o autismo (COLL; MARCHESI; PALACIOS & COLS, 2004).

Sobre esse assunto ressalta Cunha (2012, p.20) que,

O autismo compreende a observação de um conjunto de comportamentos agrupados em uma tríade principal: comprometimentos na comunicação, dificuldades na interação social e atividades restrito-repetitivas (...) Kanner observou crianças com uma inabilidade no relacionamento interpessoal que a diferenciava de outras patologias, bem como atrasos na aquisição da fala e dificuldades motoras.

Na atualidade, essa síndrome vem sendo foco de estudos e pesquisas, por ser um transtorno invasivo do desenvolvimento que apresenta no indivíduo

REVISTA TÓPICOS

durante toda a vida, sinais que incluem: déficits no comportamento social, dificuldades no desenvolvimento da linguagem verbal, complexibilidade em aceitar a mudança, comportamentos repetitivos, dificuldade de interação social, entre outros.

Por essas características, percebe-se o quão são difíceis para as famílias, bem como aos profissionais da escola a interagir com as crianças autistas, que na maioria das vezes apresentam resistência em permanecer na sala de aula, e a fazer parte da rotina escolar, tornando-se muitas vezes agressiva, com hábitos repetitivos de agressões físicas, de arremesso de objetos, colocando-se em risco e as demais crianças e profissionais da sala. Tornando-se assim, necessário que se tenha uma abordagem adequada e eficiente, para que a criança consiga acalmar-se e desenvolver-se durante sua vida escolar e social. Os Portadores de TEA, apresentam dificuldades funcionais que comprometem a interação social em idade escolar, e tal quadro se torna pior, uma vez que o transtorno lesiona os aspectos da cognitivos e desenvolvimento da aprendizagem, requerendo dos professores e pedagogos, buscarem alternativas diferenciadas para atender essa demanda do comportamento de um autista, que constantemente isola-se nos ambientes escolares, demonstrando dificuldade de relacionamento, evidenciando-se ainda, atrasos na fala, ações repetitivas entre outro.

Corroborar Franzin,

REVISTA TÓPICOS

É importante esclarecer que a síndrome se refere a um conjunto de sintomas, não se limitando a uma única doença, que ocorre em um indivíduo; já em relação ao transtorno é utilizado para indicar a existência de uma série de sintomas ou comportamentos ao longo da infância, acompanhados pelo desenvolvimento e maturação do sistema nervoso central que pode ter danos ou atrasos. Os transtornos não são causados por trauma ou doença cerebral adquirida, mas desenvolve através de doenças neurológicas e tem origem em processos cognitivos anormais causados por disfunção biológica (FRANZIN, 2014).

Importante ressaltar, que quanto mais cedo for diagnosticado, e tratado realizando os devidos acompanhamento com profissionais especializado, melhor é a condição de vida da criança. O tratamento especializado, terapias, acompanhadas de medicações específica, além de proporcionar o ambiente escolar mais prazerosos, ajuda na interação e socialização das

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

crianças que convivem cotidianamente no ambiente escolar possibilitando alcançar maiores níveis de aprendizagens.

Contudo Facion ressalta que,

[...] os autistas não se interessam pelas outras pessoas, dispensam o contato humano apresentam também dificuldades no desenvolvimento de outras habilidades sociais, principalmente na linguagem verbal e na corpórea [...]. A pessoa com autismo poderá; às vezes aparecer com um choro sem controle ou pode dar gargalhadas, sorrisos aparentemente sem causa (FACION, 2005, p.31-32).

Galvão (2014, p.18) Corrobora que,

No campo cognitivo, há muitas crianças com autismo associado à deficiência intelectual, em

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

diferentes graus. Também encontramos um grupo com inteligência classificada como “normal”, outro com inteligência acima da média, como é o caso de algumas pessoas com Síndrome de Asperger. Estima-se que um por cento desses indivíduos autistas sejam gênios, ou seja, pessoas que alcançam ou ultrapassam o teto em um teste de quociente de inteligência, embora seu comportamento adaptativo e mesmo processo de aprendizagem não acompanhe seu potencial cognitivo.

Diferentes autores concordam que na maioria das vezes os casos são sintomatizados antes dos três anos de idade, e persiste por uma vida inteira, sendo que os sintomas e o grau de comprometimento variam de cada caso, como já dito anteriormente, ao afetar as três áreas (motora, fala, social) traz consigo o desenvolvimento de crianças com comprometimento na interação social, inabilidade no uso contato visual, expressão facial, disposição corporal e gestos, apresentando ainda incapacidade de desenvolver relacionamentos com os colegas, falta de interesse, participação e reciprocidade social.

REVISTA TÓPICOS

Pereira (1996), demonstra que apesar das características que definem um autista, cada indivíduo portador é um caso individual, com um conjunto de adversidades. Já Marques (2000) acrescenta que as manifestações variam de acordam com a idade e o desenvolvimento, todavia são mais evidentes na infância e uma intervenção apropriada algumas incapacidades vão se atenuando. Porém esta patologia é irreversível.

POLÍTICA DE INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE CASTELO E OS DESAFIOS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO CEIM ABIGAIL FRENTE AOS ALUNOS AUTISTAS

A Constituição Federal de 1988, determina em seu artigo 5º, que a educação é direito de todo cidadão brasileiro, independente de ter ou não alguma deficiência, pois todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade à segurança e a prioridade. A legislação rege que são direitos fundamentais não devendo nunca ser negado ou violado. O Estatuto da Criança e do adolescente destaca que,

Independente do Transtorno Espectro Autista, toda criança (até 12 anos incompletos) e adolescente (entre 12 e 18 anos de idade) têm direitos previstos em lei, como por exemplo:

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

direito ao desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade O direito à saúde, à vida, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária são previstos no Estatuto da Criança e Adolescente (Lei n. 8.069/90).

Corroborando, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira em seu Art. 58 que,

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Haverá, quando necessário,

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

As políticas de públicas para a inclusão tem preconizado uma educação inclusiva com qualidade como direito de todos, procurando garantir que o processo de desenvolvimento escolar dos alunos especiais, seja ofertado em escolas regulares de ensino.

A educação é um direito de todos, e nesse direito incluem-se o respeito e a aceitação das diferenças, bem como, a valorização autônoma dos fatores físicos e psíquicos. Porém, diante dos desafios enfrentados nos espaços escolares ao receber a cada dia mais, crianças com sintomas ou já diagnosticados como autistas, levam os educadores a se sentirem impotentes na adaptação dos espaços de sala de aula e ou nas atividades pedagógicas que atendam com qualidade os alunos especiais, sendo que a possibilidade de um trabalho adequado para estes educandos só é possível quando o professor tem a sua disposição acesso a conhecimento especializado, bem como, uma escola que lhe ampare nesse desafio. (BRITO, 2015).

No contexto educacional percebe-se que para se educar um autista é preciso também promover sua integração social e, neste sentido, a escola

REVISTA TÓPICOS

desenvolve papel essencial para o alcance deste objetivo. Como bem explica Brito (2015, p.85).

É a partir da creche que se deve conduzir o desenvolvimento intelectual e afetivo da criança autista, por meio de uma interação entre os ambientes que ela faz parte, fazendo-a conhecer a realidade existente na sociedade e proporcionando um saber da humanidade e das relações que a cercam [...]. A educação, portanto, precisa abraçar à socialização e integração dos autistas, pois o contato com os professores e com as crianças da escola será fundamental. Assim, o espaço escolar precisa estar pronto receber a criança autista, e conseguir desenvolver o seu cognitivo e intelectual. (GAUDERER, 1985).

Ressalta-se, que em um universo de 320 (trezentos e vinte alunos) matriculados no CEIM Professora Abigail Silva de Andrade, 19 (dezenove)

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

são portadores da síndrome do espectro autista, cada um com suas especificidades e patologias associadas e com suas individualidades. Tal estatística leva a questionamentos até então não respondidos em relação ao quantitativo de alunos. Apesar muitos estudos estarem sendo realizados nessa área, ainda não há certeza do real fator que leva ao diagnóstico. Sabe-se que a síndrome acomete mais os meninos que as meninas, nesse universo de 19 (dezenove) crianças diagnosticadas com laudo no CEIM Abigail, somente 1 (uma) é menina.

Todavia, a escola pública não consegue dar conta de todas as demandas oriundas da educação inclusiva, necessitando assim, de uma rede colaborativa que envolvam os segmentos da saúde, ação social e associação de deficientes ou de pais deficientes. A escola em especial, o professor pode assumir um papel importante na vida das crianças autistas se forem ofertadas a eles condições de planejamento e formação continuada voltada a essa demanda de patologias. A educação necessita abranger a socialização e integração dos alunos com especiais, pois o contato com os professores da escola será fundamental para o desenvolvimento pessoal e social da criança. Assim sendo, o espaço escolar precisa estar adaptados para receber a criança autista e possibilitar o desenvolvimento cognitivo e intelectual.

A fim de cumprir a lei de inclusão de fato, e garantir o aprendizado de todos os alunos da instituição escolar, é necessário fundamentalmente, fortalecer a formação do corpo docente e criar rede de apoio entre alunos, equipe pedagógica, professores, famílias, e profissionais da saúde que são responsáveis pelas crianças com necessidades educacionais especiais.

REVISTA TÓPICOS

Entretanto, existem empecilhos que impedem o acesso à educação plena por parte de alguns alunos. Tais adversidades estão relacionadas a diversas variáveis e dimensões da escolarização, inclusive, o impedimento na ação dos próprios educadores. Os desafios vão muito além de receber a matrícula de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais nas escolas. É indispensável ainda, possibilitar condições para a operacionalização de um projeto pedagógico inclusivo. A inclusão dos alunos deve garantir a eles o acesso à escolaridade através de todas as possibilidades de desenvolvimento que a rede de ensino possa oferecer.

As mudanças devem acontecer com urgência e abranger diversos aspectos, como a reestruturação física das escolas, com remanejamento de barreiras arquitetônicas e introdução de recursos e de tecnologias assistivas. Além disso, é preciso investir na oferta de profissionais especializados em ensino especial e compreender que a incorporação desses serviços na rede de ensino deve vir em conjunto com o planejamento da grade, a organização escolar e a avaliação do ensino. O currículo da escola também deve ser adaptado às necessidades especiais das crianças com habilidades e interesses diferentes.

Outro fator muito importante diz respeito à formação dos professores para exercer a sua função diante da educação inclusiva. A busca por metodologia diferenciadas só pode ocorrer mediante a presença de educadores preparados para atender aos alunos com necessidades especiais, pois eles requerem atenção especial em seu processo de desenvolvimento da aprendizagem, sendo assim, uma formação específica pautada em

REVISTA TÓPICOS

assuntos relacionados à síndrome e suas patologias associadas, faz-se fundamental na educação pública.

O ESPAÇO ESCOLAR E AS PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES / DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A partir de rodas de conversa com discussões relacionadas ao tema autismo com um grupo de cinco professores que possuem alunos inclusos em suas respectivas salas de aula no CEIM “Professora Abigail Silva de Andrade”, foram elencadas algumas inquietações dos educadores. Quando questionadas, como percebem que um aluno é autista, foram unânimes ao responderem que os sinais são videntes, percebe-se só no olhar que a criança demonstra um comportamento diferenciados. *“sempre que percebemos na criança algo diferente, falamos com a orientadora para chamar a família e encaminhar para a Unidade de Saúde do setor da criança e solicitar ao médico pediatra encaminhamento para avaliação com especialistas da área da saúde.*

Verificou-se que apesar dos professores identificar sinais característicos ao autismo, a família entra em “luto” quando é alertado pela equipe pedagógica da escola negando-se em acreditar e muitas vezes recusando-se a levar a criança a um especialista. Porém, quando o faz e tem um laudo em mãos, sentem dificuldades em lidar com a situação, bem como possibilitar o tratamento, tendo em vista o custo das medicações e a dificuldade de dar continuidade as terapias necessárias devido a precariedade da saúde pública de Castelo.

REVISTA TÓPICOS

Outro fator relevante foram as falas das educadoras sobre as dificuldades em dar aulas com 20 (vinte alunos) em sala e muitas vezes com 3 (três) inclusos acompanhados de cuidadoras. *“Elas ficam conversando na hora da aula, junta a fala das crianças, o choro dos autistas, impossível dar aulas”*.

Importante ressaltar, que os profissionais de educação estão cada vez mais se deparando com um grupo heterogêneo de alunos, o que dificulta o trabalho e o seu desenvolvimento. Os docentes se veem impotentes e forçados a encontrar respostas aos diversos problemas presentes em sala de aula. Os alunos ditos “ normais” já são por si só, um desafio constante, pois sabe-se que cada um tem um ritmo próprio e não respondem da mesma forma aos conteúdos ministrados.

Apesar de muito empenho, sabe-se que a inclusão implica em transformações lentas e sofridas e que não acontecerá da noite para o dia. Mudar a escola é uma árdua empreitada que exige que se coloque sempre a aprendizagem como base, pois ela foi constituída para que todos aprendam de acordo com suas peculiaridades.

3 Considerações Finais

Observou-se que as políticas públicas de inclusão estão acontecendo como previsto na legislação, contudo, constatou-se que ainda existem necessidades de ajustes à realidade das instituições de ensino e às especificidades dos alunos e da escola, uma vez que o resultados das discussões em grupo, apontam as dificuldades dos docentes e da equipe gestora em incluir os alunos portadores de autismo e suas respectivas

REVISTA TÓPICOS

particularidades, tendo em vista o modelo de organização posto pela Secretaria Municipal de Educação.

Evidenciou-se também, a insatisfação dos docentes com a quantidade de alunos inclusos em cada sala de aula, a falta de recursos didáticos e a ausência de formação continuada com formadores qualificados que transmitam saberes e sugestões para tornar o a aprendizagem mais significativa para os alunos inclusos e uma proposta curricular diferenciada. Sabe-se que a implantação de um novo currículo demanda conhecimento, competências, habilidades, responsabilidade, colaboração e resiliência, entre outros diversos fatores relevantes, para que os docentes aprendam a lidar com as particularidades do mundo atual (BRASIL, 2019). Assim sendo, existe ainda uma dificuldade em otimizar o processo de inclusão, tendo em vista a organização dos modelos de educação determinada pela SEME, que não busca refletir com os gestores as reais necessidades da escola, bem como, dos alunos inclusos.

A ausência de uma formação específica e participação coletiva traz consequências negativas e preocupantes, como aquelas encontradas nos *locus* da pesquisa. Docentes com mais 25 anos de experiência profissional apresentando dificuldades tecnológicas na hora de acessar o ambiente virtual de aprendizagem para buscar novas metodologia para ensinar.

A formação continuada docente para atender a demanda de alunos advindos dessa nova era mostrou-se insuficiente, conforme os dados coletados a partir das rodas de conversa com os docentes e as observações realizadas na escola. Verificou-se que alguns professores sentem dificuldades em

REVISTA TÓPICOS

trabalhar de acordo com as demandas da organização da Base Nacional Comum Curricular e os alunos inclusos.

As observações ainda, mostraram que a ausência de planejamento coletivo com os docentes que trabalham com mesma faixa etária dificulta a reflexão e a colaboração no desempenho do trabalho pedagógico.

Identifica-se que não há nada de errado com o processo de formação continuada docente, já que é uma obrigatoriedade em todo o sistema educacional brasileiro, contudo, para que esse modelo de formação tenha resultados positivos são necessárias ações coletivas, antes, durante e após a implementação da política pública de formação continuada docente, fazendo dos momentos de formação espaços de aprendizado, concebendo a escola como um ambiente educativo, em que se pode produzir os mais diversos conhecimentos mediante o diálogo, a interação e a colaboração.

Percebeu-se necessário incorporar à organização formativa municipal momentos de formação continuada voltada aos profissionais que atuam no dia a dia na escola com os alunos portadores de necessidades especiais a fim de atender aos anseios desses profissionais. Tal processo deve ser implementado com precaução, tomando medidas antecipadas para que não se torne apenas mais uma demanda a ser cumprida, uma vez que a legislação é a base dessa política pública, porém, as leis não sustentam por si só. As análises indicaram insatisfação dos docentes com o formato da formação ofertada pelo município, haja vista, a ausência de momentos com profissionais capacitados para discorrer sobre educação inclusiva.

REVISTA TÓPICOS

Surge, enquanto recomendação desse estudo, a possibilidade de ampliação das políticas públicas de formação, proporcionando aos docentes a possibilidade de formação em rede de colaboração entre todas as escolas municipais, inserida num processo dinâmico de aperfeiçoamento dos saberes e de compartilhamento das experiências, mediados pela tecnologia da informação e as relações interpessoais, colaborando de forma coletiva para a ampliar qualidade da educação proporcionada pelo município em questão.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMBROSIM, I. **Formação continuada docente em rede de colaboração: desafios e possibilidades para a educação infantil**. Dissertação de mestrado 2019. Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Brasília.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. **Lei n. 9.396, de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>: Acesso em: 27 maio. 2023.

REVISTA TÓPICOS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf.

Acesso em: 11 abr. 2023.

BRITO, Elaine Rodrigues. **A inclusão do autista a partir da educação infantil: Um estudo de caso em uma pré-escola e em uma escola pública no Município de Sinop – Mato Grosso**, Revista Eventos Pedagógicos Articulação universidade e escola nas ações do ensino de matemática e ciências v.6, n.2 (15. ed.), número regular, p. 82- 91, jun./jul. 2015.

COLL, C; PALACIOS, J; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: necessidades Educativas especiais e aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

CUNHA, E, **Autismo e Inclusão. Psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 3 ed. Rio de Janeiro. Wak editora, 2011.

Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991.

FACÍON, J. R. **Inclusão Escolar e Suas Implicações**. Curitiba: Ibpx, 2005.

FERRAÇO, C. E. (org.). **Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRANZIN, S. O diagnóstico e a medicalização. In: MORI, N. N. R.; CERZUELA, C. (Orgs.). **Transtornos Globais do Desenvolvimento e**

REVISTA TÓPICOS - ISSN: 2965-6672

REVISTA TÓPICOS

Inclusão: aspectos históricos, clínicos e educacionais. Maringá, PR: Eduem, 2014, p. 62-92.

GALVÃO, Izabel. Henri Wallon: uma concepção dialética de desenvolvimento infantil. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GAUDERER, E C. **Autismo e outros atrasos do Desenvolvimento:** uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais. São Paulo: Sarvier, 1985.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** 1ª edição. São Paulo: Moderna, 2003.

ORRÚ, E. S. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

PEREIRA, E. (1996). **Autismo do conceito à pessoa.** Lisboa: Secretariado Nacional de Reabilitação.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título especialista em Educação Inclusiva e Especial.